



FÓRUM microfinanças

ANO 2004 | Nº 1 | SETEMBRO

editorial

02

Candidatos a prefeito do Rio falam sobre o papel das microfinanças em sua administração

04

Entrevista com o presidente da Abcred, José Caetano Lavorato

06

O perfil dos microempreendimentos no Estado do Rio de Janeiro

Caro leitor,

Você está recebendo o primeiro número do Boletim do Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro. Ele é mais um fruto do convênio assinado com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro – Sebrae/RJ (o primeiro foi o sítio www.forumdemicrofinancas.org.br na internet) e tem como principal objetivo disseminar informações relevantes para toda a comunidade de microcrédito e, assim, agregar valor à operação das instituições e alavancar a capacidade de prestar serviços à população.

Nesta primeira edição, trazemos informações de grande interesse para todos os envolvidos direta ou indiretamente com o setor de microfinanças. Nossa reportagem foi a campo ouvir os principais candidatos à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro sobre o que pensam acerca do papel dos governos municipais nas políticas públicas de microfinanças. André Corrêa, do PPS, César Maia, do PFL, Jandira Feghali, do PC do B, Jorge Bittar, do PT, e Luiz Paulo Conde, do PMDB, expõem aqui sua visão sobre o tema, antecipando o seminário que será realizado no próximo dia 13 de setembro, no auditório do Sebrae, no Centro do Rio.

O evento será um espaço privilegiado para que os candidatos a prefeito em todo o Estado do Rio e seus assessores possam conhecer melhor os conceitos e as iniciativas bem-sucedidas de microcrédito e incorporar em seus programas elementos para a estruturação de políticas públicas de microfinanças em seus municípios. Divulgue e participe!

As relações do setor de microcrédito com o governo federal são o tema da entrevista com o presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (Abcred), José Caetano Lavorato. Nela, Lavorato relata os avanços e recuos no relacionamento com o governo – "Entramos no governo Lula com um ambiente onde nós tivemos que começar tudo de novo", conta – e defende a definição urgente de uma clara política nacional de microcrédito.

As páginas finais do boletim são dedicadas à análise dos microempreendimentos no Estado do Rio. Partindo da constatação de que não existe consenso sobre o número de microempreendimentos no estado, decorrente tanto da falta de definição quanto da escassez de dados sobre esses grupos, o Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro quer ajudar a preencher essa lacuna, trazendo em seu Boletim dados e análises que ajudem a formar um retrato, o mais fiel possível, desse universo. Como não existe uma pesquisa que aborde especificamente o grupo dos microempreendedores de forma periódica, serão utilizadas, ao longo dos números dessa publicação, várias bases de dados para tentar agregar mais informações e se aproximar do universo desse grupo.

Neste primeiro número, é traçado o perfil dos microempreendimentos no Estado do Rio de Janeiro a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), elaborado pela secretária-executiva do Fórum de Microfinanças, Adriana Fontes. Quantos são, quem são e quais suas principais características ao algumas das informações fornecidas pelo estudo. "O desafio que se coloca é entender não só as motivações mas quem são e como atuam os microempreendedores para formular políticas que promovam o desenvolvimento dos micro e pequenos negócios, ampliando sua capacidade de geração de renda e de emprego", afirma a pesquisadora. É esse desafio que o Fórum de Microfinanças está disposto a enfrentar.

Boa leitura!



Fala, candidato!

Cinco concorrentes à Prefeitura do Rio expõem sua visão sobre a informalidade no mercado de trabalho e definem que papel as microfinanças terão em sua administração

No próximo dia 13 de setembro, o papel dos governos municipais nas políticas públicas de microfinanças será tema de um seminário organizado pelo Fórum de Microfinanças do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (Abcred) e com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro (Sebrae-RJ).

O seminário será realizado das 14h às 18h, no auditório do Sebrae-RJ (Rua Santa Luzia, 685/ 9o. andar, Centro) e tem como objetivo fornecer subsídios aos candidatos às prefeituras do Estado do Rio de Janeiro relativos ao tema das microfinanças, em particular ao microcrédito, entendido como um importante instrumento de inclusão social e de desenvolvimento.

O evento será um espaço privilegiado para que os candidatos e seus assessores possam conhecer melhor os conceitos e as iniciativas bem-sucedidas de microcrédito e incorporar em seus programas elementos para a estruturação de políticas públicas de microfinanças em seus municípios. O Boletim do Fórum de Microfinanças se antecipou ao seminário e foi a campo ouvir o que pensam sobre o tema os candidatos à Prefeitura da capital. A todos eles foram feitas as três perguntas abaixo. As idéias e propostas dos candidatos que se dispuseram a nos responder podem ser conferidas a seguir:

- 1 | Como o Sr. vê a questão da informalidade no mercado de trabalho?
- 2 | Que medidas pretende tomar frente à informalidade?
- 3 | A seu ver, qual é o papel do governo municipal no fomento às políticas públicas de microfinanças?

André Corrêa - PPS

1 | A informalidade vem crescendo desde a década de 80, acelerando-se na década de 90, sendo particularmente elevada no Rio de Janeiro (comparado com outras capitais, especialmente as do Sudeste). O trabalhador informal, principalmente o assalariado, é um cidadão de 2a. classe que não tem acesso a uma série de direitos previstos na legislação trabalhista. Sua remuneração costuma ser mais baixa e a instabilidade no emprego maior. Além disso, por não contribuir, nem ele nem o patrão, para a Previdência Social, contribui para o seu desequilíbrio financeiro.

2 | As medidas de impacto direto para combater a informalidade - legislação, fiscalização - escapam ao âmbito municipal, mas algumas medidas podem ser implementadas para diminuir o problema: negar acesso às compras municipais e a qualquer contratação de serviços das empresas que não assinam carteira de trabalho, criar serviços de intermediação de mão-de-obra que só encaminhem candidatos a empresas que respeitam a legislação, exigir contratos formais a todas as empresas que recebam quaisquer incentivos municipais para que se instalem no Rio, organizar os trabalhadores autônomos (autônomos, biscateiros, etc.) em cooperativas que garantam os direitos e deveres mínimos previstos em lei.

3 | O Rio terá, em nossa administração, o Banco Carioca de Desenvolvimento para financiar, com recursos próprios do orçamento de capital e conveniado com a CEF e/ou com o BB, pequenas e microempresas, organizar cooperativas de crédito e micro-crédito, oferecer aval a tomadores em outras instituições financeiras. A legalização de terrenos favelados facilitará e viabilizará, junto ao mercado financeiro em geral, a concessão de crédito para o segmento da população de baixa renda.

César Maia - PFL

1 | Depende. Há a informalidade ativa – que antecipa uma nova regulamentação no futuro, e há a passiva, que compensa problemas. A ativa é aquela que mostra que são as regras e as leis que estão ultrapassadas, que você precisa atualizar, flexibilizar, desburocratizar para incorporar uma atividade que é necessária. A informalidade passiva é o contrário: é aquela que você não tem como regularizar, pelo menos durante muito tempo. Então, o que a gente precisa fazer é identificar a informalidade ativa para desburocratizar, para criar uma legislação muito mais flexível para que ela seja incluída. Sobre a passiva, o exemplo é o comércio ambulante: temos áreas onde os camelôs são proibidos, mas eles querem ficar de qualquer maneira. Definimos um mercado popular, um ponto de assentamento, identificamos que parte dessa atividade precisa ser regularizada, mas outra não pode e continua insistindo a realizar a atividade de forma ilegal.

2 | A passiva organizá-la. A ativa regulamentá-la. No caso do ambulante, temos duas situações. Quando você vive uma situação de economia crescendo, você tem uma pressão que é perfeitamente absorvível através dos assentamentos em locais públicos. E através de mercados populares, você absorve com muita facilidade, porque você tem a alternativa do mercado de trabalho. Quando você vive numa época de recessão é inevitável. Principalmente no Rio e em São Paulo, você tem um volume gigantesco de pessoas que precisam trabalhar, precisam viver. Aí você precisa flexibilizar os lugares, os pontos de assentamento, mas não transformar uma pressão conjuntural num investimento de mercado popular. O mercado popular tem que estar voltado para aquele volume de atividade que acontecerá com a economia crescendo.

3 | Fundamental, pois a cada dia o fulcro do desenvolvimento é o microdesenvolvimento, que contamina a partir de muitos pontos. Há dois tipos de microfinanças. Temos o que se chama de microcrédito, que é uma prática que vem crescendo no mundo todo. Nós, da Prefeitura do Rio, introduzimos uma novidade desde o final de 2002: o pagamento do microcrédito pela prestação de serviços. Com isso a pessoa paga os juros e a correção monetária com serviço que presta e não com o desembolso. Outra coisa é ativar certas iniciativas que funcionam bem com questão de demanda. Em 2001, regularizei a possibilidade de as escolas municipais e de as empresas públicas municipais comprarem diretamente de cooperativas nas favelas o material que precisavam, como uniformes de trabalhadores.

Jandira Feghali – PC do B

1 | A informalidade resulta da falta de crescimento sustentável no país nos anos 90. O cenário de incerteza - com alta volatilidade dos preços básicos, dos juros e do câmbio - não permitiu a criação de condições para o aumento de capacidade de produção, com a geração de empregos e renda. Aos trabalhadores expulsos do mercado de trabalho pelo aumento do desemprego, ou aos que sequer ingressaram no mercado de trabalho, só restou a alternativa da informalidade.

2 | Em março de 2004, as pessoas com menos de 24 anos representavam 47% dos desocupados nas seis regiões metropolitanas acompanhadas pelo IBGE. Isso equivale a quase 1,3 milhão de jovens desempregados. É o exército industrial de reserva do narcotráfico e do crime organizado. Não estamos condenados à estagnação e ao desemprego. Mas não é possível melhorar a vida dos brasileiros sem abandonar o modelo econômico herdado do governo anterior. Sua continuação significará provavelmente uma terceira década perdida em termos de desenvolvimento. Portanto, a informalidade tem que ser enfrentada com crescimento econômico,

acompanhado de políticas públicas voltadas para as áreas de moradia popular (construção civil), transporte público, educação, saúde e saneamento.

3 | As microfinanças são um poderoso instrumento de apoio às microempresas. Fornecem condições para que empresas informais se tornem formais. Porém, para que as microfinanças tenham condições de gerar empregos e renda nas microempresas, não podem ser tratadas como um instrumento bancário. Têm que ser compreendidas como instrumentos de integração social, com características de um fundo rotativo público para a geração de emprego e renda. É com essa perspectiva que a minha gestão na prefeitura vai atuar no fomento às microfinanças.

Jorge Bittar - PT

1 | A informalidade no mercado de trabalho é um problema decorrente de uma série de causas, dentre elas a dificuldade para se constituir uma pequena empresa, a dificuldade para se obter crédito, impostos elevados. O Governo Lula está em vias de lançar um programa nacional visando a formalização do mercado de trabalho como facilidades para o registro de microempresas, facilidades para cooperativas, facilidades de acesso aos créditos e possivelmente redução para os microempresários de encargos trabalhistas, de tal maneira que se possa oferecer um mercado mais atrativo para a formalidade.

2 | Eu como prefeito quero me somar a esse movimento do governo Lula e desenvolver um conjunto de ações na Prefeitura que visem apoiar o pequeno e o micro empreendedor para que eles possam integrar a economia formal.

3 | Eu quero dar um novo papel à secretaria Municipal do Trabalho, desenvolver um programa de microcrédito intenso no Rio de Janeiro, contribuir para simplificar toda a burocracia para o registro das pequenas empresas. Vou criar a Agência Municipal de Desenvolvimento que visa desenvolver uma série de facilidades

para que o pequeno e o micro empreendedor possam se constituir como produtores de bens e serviços para a comunidade. Para isso, eu pretendo permitir que haja disponibilidade para capacitação profissional e gestão de negócios. Quero criar um fundo municipal de aval para dar garantias na obtenção do microcrédito, quero estimular os arranjos produtivos locais ligados a atividades que são vocações do Estado do Rio como a indústria da moda. Um dos elementos fundamentais para que eu possa estimular o pequeno empreendedor é a redução dos tributos, seja do IPTU, seja do ISS. Hoje, a carga tributária inviabiliza muitos negócios e estimula que essas empresas estejam na informalidade.

Luiz Paulo Conde - PMDB

1 | O crescimento do mercado informal foi decorrência da crise financeira do país, somada a uma excessiva carga de impostos, o que levou vários empresários - grandes, micro ou médios - a usarem o subterfúgio de contratarem trabalhadores como funcionários autônomos, o que prejudica em muito os trabalhadores, que perdem vários direitos conquistados após anos de luta, como o 13º salário, além do aumento do número de camelôs.

2 | Na questão dos camelôs, eu pretendo criar Mercados Populares, legalizando os trabalhadores e não permitindo o seu estabelecimento na frente do comércio já estabelecido, criar cursos de capacitação de mão-de-obra para que parte desses trabalhadores possa ser inserido no mercado formal de trabalho. Também pretendo rever a carga tributária para as pequenas e médias empresas e criar incentivos para a contratação de mão-de-obra.

3 | É uma função importantíssima. Já propus a criação de uma espécie de Banco do Povo - que seriam recursos municipais que disponibilizarei para o pequeno e micro empresário possa abrir ou ampliar o seu negócio. Esse dinheiro será emprestado com juros baixíssimos e um prazo bastante grande para o seu pagamento.

José Caetano Lavorato

"Por uma política nacional de microcrédito"

Quem esperava ver rapidamente criado um sistema de financiamento da economia popular, com a chegada do presidente Lula ao poder, acabou levando um banho de água fria. Os recursos aportados pelo BNDES para o setor de microcrédito, que já eram poucos no governo Fernando Henrique, reduziram-se a praticamente zero, com a mudança nas regras impostas pelo banco. E a estratégia adotada pelo governo federal – de criação de cooperativas abertas e de abertura de contas correntes por parte da população de baixa renda – teve resultados bem abaixo dos esperados. "Entramos no governo Lula com um ambiente onde nós tivemos que começar tudo de novo", diz José Caetano Lavorato, presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (Abcred). Nesta entrevista, Lavorato relata como têm sido as relações com o governo federal e quais as expectativas do setor em relação à definição clara de uma política nacional de microcrédito.

- Como o governo federal tem se posicionado em relação ao microcrédito?

- Ainda no período de campanha eleitoral, a Abcred formulou uma proposta para a criação de um sistema de financiamento da economia popular que foi entregue tanto ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva quanto ao candidato José Serra. Em abril do ano passado, com o presidente Lula já eleito, tivemos uma reunião em Brasília, com ele, mais quatro ministros e a presidência do BNDES, onde nós voltamos a apresentar nossa proposta. A expectativa é que nós pudéssemos ter um apoio à criação rápida de um sistema de financiamento dessa economia usando a estratégia do microcrédito produtivo e orientado. Mas enfrentamos resistências. Primeiramente, da própria compreensão do governo quanto à política de microcrédito. Essa compreensão fez com que o governo federal privilegiasse ações em dois sentidos: um para facilitar a criação de cooperativas abertas e outro para estimular a bancarização, ou seja, a abertura de contas correntes por parte da população de baixa renda. As medidas provisórias 121 e 122, que depois se transformaram em lei, tinham claramente esse caráter. Portanto, o que se chamou de microcrédito durante todo esse tempo era uma mistura de ações para bancarização e crédito para consumo. Apesar de interessantes, essas ações, a nosso ver, envolvem um certo risco de endividamento da população de baixa renda, principalmente num ambiente de desemprego alto e de pouca perspectiva de renda futura.

- A criação do Banco Popular do Brasil também veio nessa linha?

- Veio sim. A Caixa Econômica já havia iniciado anteriormente o projeto de

contas simplificadas. Isso foi aprofundado, e o Banco do Brasil criou o Banco Popular do Brasil com estratégia de microcrédito voltado especificamente para consumo e ações para cooperativas de crédito. Continuamos a discutir com o governo que faltou uma perna nessa discussão toda: uma política do microcrédito produtivo. São três os modelos

"O governo federal deve criar alternativas de acesso aos recursos públicos independente do BNDES. Eles podem vir via Banco do Brasil, Caixa ou bancos regionais."

existentes de microcrédito produtivo: há as ONGs, que se transformaram em Oscips, e os programas de governos que operavam diretamente em microcrédito, com essa estratégia presencial do uso do agente de crédito. Um outro modelo é da parceria do poder público com instituições da sociedade civil, que começou em Porto Alegre, com o PortoSol, está no programa de Santo André, que se tornou agora regional, no São Paulo Confia e outros. Todos esses três modelos usam a estratégia de microcrédito orientado. Até o fim do ano passado, no entanto, não conseguimos convencer o governo do nosso ponto de vista.

- E o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), como tem atuado?

- O GTI foi criado no final do ano passado, com participação dos diversos ministérios e mais o Banco Central e o BNDES, e teve sua primeira reunião – de instalação do grupo – no dia 19 de

dezembro. Para a segunda reunião, em fevereiro deste ano, foram convocados também a Abcred, a Associação Brasileira de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (ABSCM), O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), outros bancos, como o Banco do Brasil, a CEF, o Banco do Nordeste e uma série de instituições da sociedade. A partir do GTI instalado, verificamos que realmente o governo começou a dar atenção à necessidade de desenvolver uma política para o microcrédito produtivo. Por outro lado nós já tínhamos alguns resultados da estratégia anterior – de bancarização e do desenvolvimento da cooperativa aberta – resultados que foram aquém da expectativa do próprio governo. Nós já combatíamos essa visão lá atrás, porque o empreendedor popular de baixa renda não acessa esse tipo de crédito dessa maneira, ele precisa realmente de um contato personalizado, de forma que ele possa compreender bem a relação dele com esse recurso, como isso impacta na atividade econômica dele, e assim, paulatinamente, criar uma cultura em relação ao crédito nesse público específico.

- E com relação ao BNDES, como andam os entendimentos?

- Quando a nova administração, encabeçada pelo Carlos Lessa, assumiu o BNDES, foram feitas diversas modificações internas que atingiram também o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP). Foram feitas modificações sem diálogo algum com os setores que discutiam o microcrédito produtivo no Brasil. Na avaliação deles, esse é um programa liberal que cobra caro dos pobres, custa caro, não tem escala, portanto não é um programa que deva receber um apoio público da forma que estava sendo feito antes. O governo Fernando Henrique

chegou a colocar algo em torno de R\$ 53 milhões em 32 instituições. Mas quem mais aportou recursos na realidade não foi o BNDES. Os recursos foram mais orçamentários ou de município ou de estado. De qualquer maneira, o BNDES, na época do governo do Fernando Henrique, iniciou esse Programa de Crédito Produtivo Popular, conseguiu atingir 32 instituições numa época em que nós já tínhamos mais de 100 instituições. A crítica que nós fazíamos era que o BNDES deveria ser um aportador maior de recursos do que era, por um lado, e que deveria fazer um programa de desenvolvimento institucional para o setor, o que não fez. Outra crítica era que eles eram portadores de uma visão exclusivamente de mercado - apoiaram e apostaram nas SCMs (Sociedades de Crédito do Microempreendedor) contra as instituições de microcrédito sem fins lucrativos. Para a Abcred, o microcrédito é uma ferramenta para desenvolvimento, para a promoção da inclusão social. Portanto, essa ferramenta deve ser ligada a outras políticas públicas de desenvolvimento local a nosso ver. A Abcred nasce com esse entendimento em confronto com o entendimento do BNDES na época. Outro erro, que atrapalhou o desenvolvimento do microcrédito no país, foi que o BNDES institucionalizou uma metodologia só e passou a exigir que essa fosse a metodologia utilizada pelos programas para os quais eles aportassem recursos. Com isso ele engessou o desenvolvimento metodológico, embora várias instituições tivessem começado a ter experiências diferenciadas. Essa seria a quarta crítica ao BNDES.

- O que mudou com a nova gestão no BNDES?

- Quando entrou o grupo do professor Carlos Lessa, mudaram as regras completamente, sem que nós tivéssemos sequer sido ouvidos. O aporte de recursos que nós considerávamos pequeno passou a ser zero. As novas regras impossibilitaram que as instituições acessassem os recursos. E as que haviam tido recursos financeiros aprovados ao final do governo Fernando Henrique tiveram o aporte cancelado.

Então nós entramos no governo Lula com um ambiente onde nós tivemos que começar tudo de novo. Somente a partir da constituição do GTI é que começamos a ter uma compreensão melhor, por parte do governo, em relação ao microcrédito e à necessidade de se ter de fato uma política. Hoje, o BNDES, que participa do GTI, está em uma posição isolada. Os outros setores e ministérios que participam do grupo compreendem que o que o BNDES fez acabou prejudicando o setor.

"A partir do GTI instalado, verificamos que realmente o governo começou a dar atenção à necessidade de desenvolver uma política para o microcrédito produtivo."

- Que posição a Abcred está defendendo dentro do GTI?

- Nós estamos discutindo o seguinte: se você vai fazer uma política nacional, é preciso ter uma avaliação do que existe hoje e fazer um programa de desenvolvimento institucional para melhorar as condições de operação das instituições e replicar essa experiência num programa nacional. A outra questão é o acesso a recursos, que podem ser públicos ou privados, nacionais e internacionais. No que tange aos recursos públicos, o BNDES é aportador dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT. Mas defendemos que o GTI deve criar alternativas de acesso a esses recursos públicos independente do BNDES.

- Os recursos do FAT não precisariam vir necessariamente via BNDES?

- Não, eles poderiam vir via CEF ou via Banco do Brasil, por exemplo. Basta o Codefat aprovar numa resolução o redirecionamento dos recursos. Uma outra alternativa é o próprio GTI, que é governo, chegar à conclusão que vamos redirecionar o papel dos bancos públicos nesta política de microcrédito e retirar do BNDES a função de portador e aportador

de recursos e passar para outro. Se não quiserem fazer isso, que se deixe o BNDES com uma parte dos recursos e se criem outros recursos via Banco do Brasil e CEF ou os bancos regionais, como o Badesc, lá em Santa Catarina, o Basa, no Norte, e assim sucessivamente.

- E quanto à utilização de recursos dos dois por cento do depósito à vista determinados pelo governo?

- Nossa proposta é que esses 2% dos bancos para o microcrédito possam ser aportados também para as operadoras que são especializadas nisso. Os bancos não vão montar estruturas para operar com microcrédito produtivo e orientado porque não é da natureza deles, não é o negócio deles. Eles só vão fazer o microcrédito para consumo. Eventualmente a pessoa até pega um dinheiro e aplica na atividade dela, mas nós achamos que isso é residual.

- Essa dificuldade de entendimento tem trazido muito prejuízo ao setor?

- Já perdemos um ano e meio, estamos parados sem recursos federais todo esse tempo, o que é uma pena. As instituições que estavam nascendo tiveram que abortar seu nascimento; as que estavam crescendo, involuíram, tiveram que reduzir agentes de crédito, por falta de recurso. Tem sido um prejuízo muito grande e o maior prejudicado não é a instituição, mas o próprio tomador. Para você ter idéia, nós temos nosso programa em São Paulo, que recebeu R\$ 2 milhões da Prefeitura este ano e ainda vai receber mais R\$ 1,5 milhão. Ou seja, teremos este ano R\$ 3,5 milhões. Mas, para manter nossas operações, precisamos de R\$ 8 milhões e meio somente neste ano. Se não entram recursos, teremos que reduzir as operações. Quem perde com isso? Somos nós ou é o empreendedor? Bloquear 2% na conta, obrigar que a gente só tenha que trabalhar na taxa mais baixa artificialmente, foi uma infelicidade muito grande. Você tem que trabalhar na produtividade, no desenvolvimento metodológico, na redução de custo do sistema. Só assim, as taxas podem baixar. Não se faz isso artificialmente.

Microempreendimentos no Estado do Rio de Janeiro

ADRIANA FONTES

Não há consenso quanto ao número de microempreendimentos no Brasil ou no Rio de Janeiro. Isso ocorre em parte pela dificuldade de definição, mas também pela relativa escassez de dados sobre esse grupo. Um dos objetivos deste boletim é tentar preencher parte dessa lacuna e fornecer periodicamente dados e análise sobre as características dos microempreendimentos no Estado do Rio de Janeiro.

Como não existe uma pesquisa que aborde especificamente este grupo de forma periódica, serão utilizadas, ao longo dos números desta publicação, várias bases de dados para tentar agregar mais informações e se aproximar do universo de microempreendedores. Neste primeiro número é traçado o perfil dos microempreendimentos no Estado do Rio de Janeiro a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Devido à falta de uma definição consensual para microempreendimentos e dada a limitação dos dados existentes, em geral, utiliza-se o grupo de empregadores de pequeno porte e trabalhadores por conta-própria para compor o universo. Porém este último grupo engloba desde camelôs até consultores de empresas e profissionais liberais, com características muito diferentes. Desta forma, o universo definido na análise é composto por donos de empresas com até dez trabalhadores e os trabalhadores por conta própria, separando o grupo que possui 12 anos de estudo ou mais, que representa cerca de 10% do total de autônomos.

Os microempreendedores, segundo a definição utilizada, somam 1 milhão e 600 mil no Estado do Rio de Janeiro em 2002. Este número é cerca de 400 mil pessoas superior ao de 1992, como podemos observar no Gráfico 1. Dos 850 mil postos de trabalho gerados no Estado do Rio de Janeiro entre 1992 e 2002, metade foi ocupada por pessoas iniciando seus próprios negócios. O total de empreendedores apresentou um crescimento quase constante ao longo da década de 90, com exceção de 1996, que apresentou uma ligeira queda.

A relevância dos micro e pequenos negócios para o mercado de trabalho fluminense fica clara ao observarmos a sua representatividade no total da ocupação. Os microempreendedores significam cerca de 1/4 dos trabalhadores ocupados, em 2002, sem considerar os empregados desses empreendimentos que não estão contabilizados.

Gráfico 1

Evolução do número de microempreendedores no Estado do Rio de Janeiro



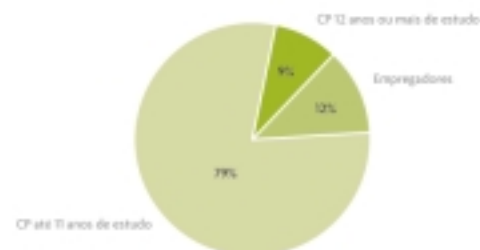
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA PNAD/IBGE.

Somente os trabalhadores por conta própria são cerca de um milhão e quatrocentos mil no Estado do Rio de Janeiro, que representam 23% do total de trabalhadores ocupados. Já os empregadores com até dez empregados somam 189,5 mil (apenas 3% da população ocupada).

Segundo a definição utilizada, pode-se observar no Gráfico 2 que 79% dos microempreendedores são trabalhadores por conta própria com no máximo o equivalente ao Ensino Médio completo. O resto se divide em trabalhadores por conta própria com 12 anos de estudo ou mais (9%) e donos de negócios com até 10 pessoas trabalhando (12%). Suas características, como será visto em seguida, diferem muito, o que pode ser decisivo para o desenho de políticas públicas voltadas ao setor.

Gráfico 2

Composição dos microempreendedores no Estado do Rio de Janeiro

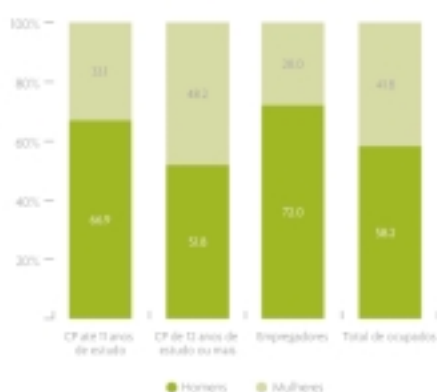


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA PNAD/IBGE.

Os microempreendedores são majoritariamente homens. Conforme demonstra o Gráfico 3, as mulheres não chegam a um terço dos empregadores e são exatamente 1/3 dos trabalhadores por conta própria com até 11 anos de estudo. Mas já no grupo de trabalhadores por conta própria com mais de 12 anos de estudo, elas são quase a metade (maior representatividade que no total de ocupados). Nesses casos talvez o trabalho por conta própria possa ser mais atrativo para as mulheres com responsabilidades familiares pois permite certa flexibilidade de horário sem exigir as jornadas muito longas dos menos escolarizados.

Gráfico 3

Perfil dos microempreendedores no Estado do Rio de Janeiro por sexo



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA PNAD/IBGE.

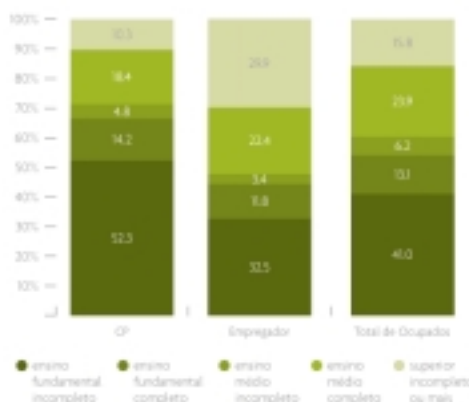
O empreendedorismo parece ser uma escolha para as pessoas com idades mais avançadas. O grupo etário com mais de 50 anos representa 1/3 dos microempreendedores (no total de ocupados são apenas 19%) e se considerarmos as pessoas com 40 anos ou mais totalizam 2/3. Já os jovens até 24 anos não representam nem 10% (enquanto são 17% no total de ocupados). Uma possível interpretação desses dados sugere que a idade pode estar atuando como *proxí* para fatores como a experiência, os contatos adquiridos ao longo da vida e até pelo acúmulo de recursos para iniciar um negócio. Tais fatores devem ser levados em conta por programas voltados para jovens empreendedores.

Percebe-se uma grande distinção, em termos de nível de instrução, entre aqueles que são empregadores e os que são trabalhadores por conta-própria. Conforme o Gráfico 4, os empregadores são bem

mais escolarizados que os trabalhadores por conta própria e que a média dos trabalhadores do estado. Já a escolaridade dos trabalhadores por conta própria é inferior à média dos ocupados. Esses resultados podem indicar que o conhecimento tácito e a experiência adquirida ao longo da vida profissional têm sido mais utilizados para as atividades autônomas do que a própria educação formal.

Gráfico 4

Perfil dos microempreendedores no Estado do Rio de Janeiro por grau de instrução



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA PNAD/IBGE.

Em termos de evolução, percebe-se que o perfil dos microempreendedores mudou em relação ao início da década de 1990. As principais tendências foram envelhecimento e escolarização, fenômenos observados também para a população economicamente ativa. Já o aumento da participação dos homens foi exclusivo entre os trabalhadores por conta própria menos escolarizados, ao passo que, assim como a na força de trabalho como um todo, houve maior participação das mulheres no grupo de empregadores e, sobretudo, nos trabalhadores por conta-própria mais escolarizados.

Fica clara a heterogeneidade dos três grupos quando se analisa a distribuição por setor de atividade na Tabela 1. Com exceção dos serviços pessoais que estão entre os três setores mais representativos para os três grupos analisados, as atividades variam muito. Além dos serviços pessoais que absorvem cerca de 1/3 dos trabalhadores por conta-própria com até 11 anos de estudo, a construção civil e o comércio são as atividades mais significativas para esse grupo. Já para

pequenos negócios, ampliando sua capacidade de geração de renda e de emprego. No âmbito dessas políticas está o acesso ao crédito como ferramenta fundamental de desenvolvimento empresarial.

os trabalhadores por conta própria mais escolarizados, os serviços produtivos (serviços ligados à indústria) predominam, seguidos de saúde e educação, onde se incluem os profissionais liberais. Para os empregadores, o comércio é o setor mais relevante, seguido dos serviços pessoais e serviços produtivos.

Tabela 1

Perfil dos microempreendedores no Estado do Rio de Janeiro por setor de atividade

	CP até 11 anos de estudo	CP 12 anos ou mais	Empregadores	Total
Agricultura e Extração	3,7	0,3	2,8	3,0
Administração Pública	-	-	-	6,7
Construção Civil	22,0	1,7	10,2	9,1
Comércio	21,1	14,0	32,7	17,2
Indústria Moderna	2,5	1,2	3,3	4,9
Serviços Pessoais	33,3	19,0	21,2	27,6
Serviços Produtivos	8,2	39,1	13,8	14,0
Saúde e Educação	2,5	21,9	9,4	11,2
Serviços Comunitários	0,1	0,9	0,2	0,9
Indústria Tradicional	6,6	1,9	6,3	5,4

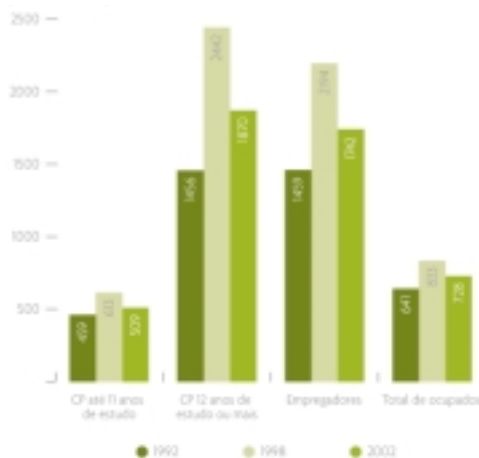
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA PNAD/IBGE.

Outra diferença fundamental está na capacidade de gerar renda (Gráficos 5 e 6). Os trabalhadores por conta-própria menos escolarizados têm rendimentos mais baixos que a média da população ocupada, o que faz com que suas famílias estejam sobre-representadas na pobreza. Já tanto os empregadores como os trabalhadores por conta própria com 12 anos de estudo ou mais têm rendimentos mais de duas vezes superiores à média da população ocupada. Isso caracteriza bem a heterogeneidade dos microempreendedores e a necessidade de analisá-los em segmentos inclusive para o desenho de ações.

Os fatores que levam as pessoas a abrirem seus próprios negócios são de múltiplas naturezas. O aumento do desemprego, a queda do emprego formal, o aumento da terceirização, o enxugamento da indústria, a maior participação do setor terciário, a necessidade de complementação de renda, preferências individuais, motivações não pecuniárias como a valorização da liberdade, somente para citar alguns que podem estar influenciando. O desafio que se coloca é entender não só as motivações mas quem são e como atuam para formular políticas que promovam um desenvolvimento dos micro e

Gráfico 5

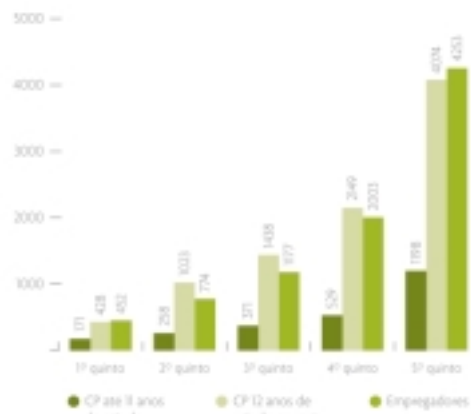
Renda Média dos Microempreendedores do Estado do Rio de Janeiro



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA PNAD/IBGE.

Gráfico 6

Renda Média por Quinto dos Microempreendedores do Estado do Rio de Janeiro (em R\$ de set/2002)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA PNAD/IBGE.

Evolução de ocupados e empreendedores

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Conta-Própria									
Até 11 anos de estudo	948.056	1.003.982	1.058.774	993.760	1.065.528	1.129.097	1.154.612	1.195.251	1.266.656
12 anos ou mais de estudo	80.463	97.052	115.368	129.805	128.984	136.066	144.978	171.928	144.971
Empregadores									
Até 10 trabalhadores	169.832	134.401	173.475	165.697	152.260	176.841	165.074	200.111	189.546
Total de Empreendedores	1.198.351	1.235.435	1.347.617	1.289.262	1.346.772	1.442.004	1.464.664	1.567.290	1.601.173
Total de Ocupados	5.341.801	5.376.926	5.676.371	5.620.892	5.550.904	5.543.771	5.595.987	6.012.296	6.191.192

Distribuição dos Conta-Própria com até 11 anos de estudo do Estado do Rio de Janeiro

	1992		1998		2002	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Sexo						
Homens	622.878	65,7	762.670	67,5	847.522	66,9
Mulheres	325.178	34,3	366.427	32,5	419.134	33,1
Escolaridade						
1º grau incompleto	644.702	68,1	705.239	62,5	737.930	58,3
1º grau completo	129.689	13,7	167.251	14,8	200.048	15,8
2º grau incompleto	42.879	4,5	56.800	5,0	68.306	5,4
2º grau completo	129.675	13,7	199.005	17,6	260.372	20,6
Idade						
15-17	21.527	2,3	17.921	1,6	17.625	1,4
18-24	99.262	10,6	82.863	7,4	96.425	7,6
25-29	122.364	13,1	116.920	10,4	115.419	9,1
30-39	247.482	26,5	327.971	29,1	311.989	24,6
40-49	216.268	23,1	304.945	27,1	373.478	29,5
50-59	132.944	14,2	177.513	15,8	235.226	18,6
60 ou mais	95.590	10,2	98.645	8,8	116.494	9,2
Setor de atividade						
Agricultura e Extração	47.701	5,0	36.090	3,2	46.803	3,7
Administração Pública	-	-	580	0,1	-	-
Construção Civil	144.106	15,2	227.908	20,3	278.600	22,0
Serviços Distributivos	214.685	22,6	264.672	23,5	266.932	21,1
Indústria Moderna	10.762	1,1	18.095	1,6	31.081	2,5
Serviços Pessoais	390.554	41,2	413.235	36,7	421.974	33,3
Serviços Produtivos	85.893	9,1	100.218	8,9	104.230	8,2
Saúde e Educação	15.758	1,7	23.762	2,1	31.488	2,5
Serviços Comunitários	3.154	0,3	2.319	0,2	1.866	0,1
Indústria Tradicional	35.443	3,7	38.340	3,4	83.682	6,6

Distribuição dos Conta-Própria com 12 anos de estudo ou mais do Estado do Rio de Janeiro

	1992		1998		2002	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Sexo						
Homens	46.916	58,3	79.224	58,2	75.121	51,8
Mulheres	33.547	41,7	56.842	41,8	69.850	48,2
Idade						
18-24	5.941	7,4	3.298	2,4	5.849	4,0
25-29	7.789	9,7	12.439	9,1	12.143	8,4
30-39	22.439	27,9	38.750	28,5	33.684	23,2
40-49	19.830	24,6	40.698	29,9	44.508	30,7
50-59	15.375	19,1	23.674	17,4	29.806	20,6
60 ou mais	9.089	11,3	17.207	12,6	18.981	13,1
Setor de atividade						
Agricultura e Extração	374	0,5	802	0,6	439	0,3
Construção Civil	556	0,7	1.160	0,9	2.487	1,7
Serviços Distributivos	15.954	19,8	26.798	19,7	20.298	14,0
Indústria Moderna	929	1,2	2.318	1,7	1.682	1,2
Serviços Pessoais	9.079	11,3	16.317	12,0	27.577	19,0
Serviços Produtivos	29.467	36,6	59.383	43,6	56.687	39,1
Saúde e Educação	22.993	28,6	26.748	19,7	31.815	21,9
Serviços Comunitários	-	-	-	-	1.244	0,9
Indústria Tradicional	1.111	1,4	2.540	1,9	2.742	1,9

Distribuição dos Empregadores com até 10 trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro

	1992		1998		2002	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Sexo						
Homens	123.625	72,8	135.964	76,9	136.388	72,0
Mulheres	46.207	27,2	40.877	23,1	53.158	28,0
Escolaridade						
1º grau incompleto	60.162	35,4	47.738	27,0	61.711	32,6
1º grau completo	19.485	11,5	19.521	11,0	22.380	11,8
2º grau incompleto	7.062	4,2	6.421	3,6	6.360	3,4
2º grau completo	43.606	25,7	40.837	23,1	42.378	22,4
Superior incompleto ou mais	39.517	23,3	62.324	35,2	56.717	29,9
Idade						
15-17	374	0,2	-	-	-	-
18-24	7.795	4,6	6.640	3,8	5.046	2,7
25-29	15.777	9,3	10.520	5,9	13.093	6,9
30-39	55.901	32,9	55.317	31,3	47.670	25,1
40-49	45.071	26,5	54.483	30,8	59.085	31,2
50-59	28.204	16,6	33.923	19,2	42.971	22,7
60 ou mais	16.710	9,8	15.958	9,0	21.681	11,4
Setor de atividade						
Agricultura e Extração	7.094	4,2	6.952	3,9	5.258	2,8
Administração Pública	-	-	-	-	-	-
Construção Civil	6.310	3,7	10.207	5,8	19.379	10,2
Serviços Distributivos	65.299	38,8	65.042	36,8	62.012	32,7
Indústria Moderna	3.706	2,2	6.197	3,5	6.291	3,3
Serviços Pessoais	45.460	27,0	39.802	22,5	40.226	21,2
Serviços Produtivos	15.773	9,4	27.778	15,7	26.215	13,8
Saúde e Educação	7.243	4,3	8.559	4,8	17.740	9,4
Serviços Comunitários	1.111	0,7	401	0,2	438	0,2
Indústria Tradicional	16.352	9,7	11.903	6,7	11.987	6,3

Evolução da renda do trabalho de ocupados e empreendedores (Em R\$ de set/2002)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Conta-Própria									
Até 11 anos de estudo	459	425	595	673	629	613	578	537	509
12 anos ou mais de estudo	1.456	1.755	2.102	2.522	2.003	2.440	2.031	1.820	1.851
Empregadores									
Até 10 funcionários	1.458	1.702	2.189	2.226	2.055	2.201	2.123	1.766	1.744
Total de Empreendedores	667	669	930	1.059	922	980	896	835	777
Total de Ocupados	636	587	768	812	790	833	773	745	726

Evolução da renda dos empreendedores do Estado do Rio de Janeiro (Em R\$ de set./2002)

	TRABALHADORES POR CONTA-PRÓPRIA						EMPREGADORES COM ATÉ 10 TRABALHADORES		
	com até 11 anos de estudo			com 12 anos de estudo ou mais			1992	1998	2002
	1992	1998	2002	1992	1998	2002			
Sexo									
Homens	552	720	594	1.712	2.701	2.357	1.525	2.247	1.790
Mulheres	283	390	339	1.099	2.080	1.346	1.285	2.056	1.620
Escolaridade									
1º grau incompleto	378	506	433	-	-	-	1.044	1.230	948
1º grau completo	523	651	525	-	-	-	1.206	2.005	1.069
2º grau incompleto	551	677	460	-	-	-	1.674	847	1.057
2º grau completo	761	948	733	-	-	-	1.329	2.150	1.944
Superior incompleto ou mais	-	-	-	1.456	2.440	1.851	2.307	3.232	2.870
Idade									
15-17	225	231	235	-	-	-	234	-	-
18-24	370	445	406	1.045	1.259	717	968	1.548	698
25-29	493	608	460	909	1.676	1.183	1.107	1.994	1.087
30-39	524	667	523	1.340	2.551	1.974	1.403	2.028	1.729
40-49	497	622	553	1.677	2.319	1.863	1.719	2.089	1.875
50-59	439	662	537	1.894	2.308	1.837	1.555	2.429	2.066
60 ou mais	367	538	450	1.278	3.556	2.473	1.378	3.121	1.482
Setor de atividade									
Agricultura e Extração	358	357	305	410	826	500	960	636	962
Administração Pública	-	336	-	-	-	-	-	-	-
Construção Civil	457	600	526	141	470	775	720	1.750	1.053
Serviços Distributivos	503	637	503	1.361	2.259	1.165	1.502	2.205	1.666
Indústria Moderna	607	778	635	175	1.074	885	716	1.315	2.271
Serviços Pessoais	371	497	424	855	1.687	1.521	1.226	1.499	1.212
Serviços Produtivos	822	1.104	977	1.987	2.737	2.481	2.091	3.125	2.822
Saúde e Educação	306	523	445	1.224	2.736	1.739	1.907	3.710	2.740
Serviços Comunitários	500	645	197	-	-	1.000	840	470	5.000
Indústria Tradicional	443	671	422	1.505	1.730	221	1.793	2.961	1.218

Evolução da renda domiciliar per capita dos empreendedores do Estado do Rio de Janeiro (Em R\$ de set./2002)

	TRABALHADORES POR CONTA-PRÓPRIA						EMPREGADORES COM ATÉ 10 FUNCIONÁRIOS		
	com até 11 anos de estudo			com 12 anos de estudo ou mais			1992	1998	2002
	1992	1998	2002	1992	1998	2002			
Renda por Quinto									
1º quinto	88	111	107	268	391	406	206	225	231
2º quinto	164	204	199	508	883	936	417	508	457
3º quinto	244	299	293	841	1.457	1.431	638	919	792
4º quinto	372	463	430	1.462	2.498	2.158	964	1.588	1.398
5º quinto	890	1.078	984	4.079	5.841	4.065	2.702	4.699	3.765

Evolução da renda média do trabalho dos empreendedores do Estado do Rio de Janeiro (Em R\$ de set./2002)

	TRABALHADORES POR CONTA-PRÓPRIA						EMPREGADORES COM ATÉ 10 FUNCIONÁRIOS		
	com até 11 anos de estudo			com 12 anos de estudo ou mais			1992	1998	2002
	1992	1998	2002	1992	1998	2002			
Renda por Quinto									
1º quinto	112	208	171	195	556	428	381	484	452
2º quinto	215	315	258	626	1.126	1.023	787	889	774
3º quinto	348	451	371	914	1.909	1.438	947	1.656	1.177
4º quinto	504	658	529	1.804	2.647	2.149	1.476	2.606	2.003
5º quinto	1.080	1.417	1.198	3.683	5.873	4.074	3.637	5.268	4.253



FÓRUM
microfinanças
RIO DE JANEIRO

O Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro é uma associação civil sem fins lucrativos que tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento do setor microfinanceiro, através da troca de experiências e informação, de discussões metodologias e técnicas e da construção de parcerias entre seus associados, no sentido de promover o crescimento e aprimoramento desse instrumento de apoio ao desenvolvimento dos empreendedores de baixa renda.

Tendo como fundadoras instituições operadoras – Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) – e associadas instituições importantes para a articulação de políticas públicas relevantes como a CAIXA, o Banco Central do Brasil e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Setrab) – a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro é convidada permanente, o Fórum pretende firmar-se como uma rede de discussão e disseminação de ações e políticas microfinanceiras, com foco privilegiado, no primeiro momento, em microcrédito produtivo e orientado.

Para isso conta também com o apoio de instituições associadas, não operadoras, como Sebrae, Ibam, e Lets, e de pesquisadores interessados no estudo do tema. Seu objetivo não é atender a interesses privados e específicos de instituições ou grupos, mas tratar dos interesses comuns e de uma política ampla que beneficie o empreendedor de micro e pequenos negócios, que ainda não tem acesso a serviços financeiro, particularmente crédito.

QUEM PARTICIPA

OPERADORAS

ALDRAVA SCM | (21) 2240-6319
www.geocities.com/aldrava

BANCO DA MULHER | (21) 2240-0064
www.bancodamulher.org.br

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
www.cef.gov.br

CRED PRODUIZIR | (21) 2262-7512

CRESCER SCM | (21) 2531-2196

FININVEST MICROCRÉDITO | (21) 3284-9777
www.fininvest.com.br

FOCO SCM | (21) 2222-1701

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
E AÇÃO COMUNITÁRIA (IDACO)**
(21) 2233-4535 / (21) 2516-8552
www.idaco.org.br

RÓTULA SCM | (21) 2544-4232

SINDCRED | (21) 2567-7137

SOCIALCRED SCM | (21) 2221-6468
www.socialcred.com.br

VIVACRED | (21) 3322-1412
www.vivacred.com.br

OUTRAS INSTITUIÇÕES

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS DIRIGENTES DE ENTIDADES
GESTORAS E OPERADORAS DE
MICROCRÉDITO (ABCRED)**
[www.forumdemicrofinancas.org.br/Abcred/
index.html](http://www.forumdemicrofinancas.org.br/Abcred/index.html)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE SOCIEDADES DE CRÉDITO AO
MICROEMPREENDEDOR (ABSCM)**
www.abscm.com.br

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN)
www.bcb.gov.br

**INSTITUTO BRASILEIRO DE
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM)**
www.ibam.org.br

**INSTITUTO DE SERVIÇOS, ESTUDOS
E REALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (SERE)**
www.sere.org.br

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
www.governo.rj.gov.br

**SERVIÇO BRASILEIRO DE
APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS (SEBRAE)**
www.sebrae.com.br

Fórum de Microfinanças
Rio de Janeiro

Presidente
Manuel Thedim

Secretária-executiva
Adriana Fontes

Assistente de pesquisa
Andréia Arpon

Assessora de imprensa
Rosa Lima

Boletim do
Fórum de Microfinanças
Rio de Janeiro

**Edição, redação e
jornalista responsável**
Rosa Lima

Projeto e prod. gráfica
Soter Design

**Este boletim é uma
publicação do
Fórum de Microfinanças
Rio de Janeiro, com
o apoio do Sebrae-RJ.**

Praia do Flamengo, 100,
cobertura 22210-030
Rio de Janeiro RJ
Tel/fax. [5521] 3235-6315

forum@forumdemicrofinancas.org.br